

**I SEMINÁRIO NACIONAL FONTES
DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA:
DIÁLOGOS INTERDISCIPLINARES
DE 01 A 04 DE DEZEMBRO DE 2009**

ISSN 2176-4514

**O FATO HISTÓRICO SOB ANÁLISE DAS TEORIAS SOCIAIS: ANÁLISE DA
GREVE DOS PRAÇAS DA POLÍCIA MILITAR DO PIAUÍ EM 1997.**

Nayra Vêras de Araujo
Mestranda em Políticas Públicas da Universidade Federal do Piauí
E-mail: nayraveras@hotmail.com

Antônia Jesuíta de Lima
Doutora em Ciências Sociais, professora da Universidade Federal do Piauí
E-mail: a.jel@uol.com.br

O Acontecimento: Praças militares em greve.

Em julho de 1997 o Piauí foi palco de uma sucessão de eventos que se tornou tema de destaque na mídia local daquele período, suscitando debate na arena pública e na esfera política: a greve dos cabos e soldados da polícia militar do Piauí. A greve desses profissionais que poderia ser considerada fato rotineiro na esteira social das relações trabalhistas, foi tema de destaque devido à proibição desses personagens em manifestações grevistas. A greve e a sindicalização são condutas vedadas aos policiais conforme texto constitucional (artigo 142, § 3º, inciso IV, da C/F de 1988).

A mobilização dos policiais militares piauienses teve duração de seis dias e foi motivada, de acordo com relatos da imprensa, por questões salariais. Os baixos salários representavam condicionantes de uma situação de vida em que coexistiam: dívidas, realização de serviços extras (bicos), habitações em áreas de invasão na periferia da cidade e desprestígio social. Embora a questão principal fosse a exigência por aumentos salariais, estava ainda entre as reivindicações o estabelecimento de quadro de horário de trabalho; a participação dos cabos e soldados no conselho de Política salarial do quartel do comando Geral; mudança no regime disciplinar da PMPI; pagamento de abono de férias, licença especial, ajuda de custo, adicional noturno e gratificação por tempo de serviço (O DIA, 1997, p.1B).

O movimento dos PMs no Piauí se caracterizou por sua forma pacífica. Além da suspensão do ofício, os policiais usaram faixas, realizaram passeatas, cantaram hinos e palavras de ordem, além de realizar suas assembléias no teatro de Arena, teatro a céu

**I SEMINÁRIO NACIONAL FONTES
DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA:
DIÁLOGOS INTERDISCIPLINARES
DE 01 A 04 DE DEZEMBRO DE 2009**

ISSN 2176-4514

aberto localizado em uma das principais praças da capital. Localizada no centro de Teresina, a Praça Marechal Deodoro, conhecida por Praça da Bandeira, foi o palco por excelência de concentração e assembléia desses atores. No princípio a mobilização partiu de iniciativa dos cabos e soldados da capital, tendo posteriormente a adesão de cabos e soldados do interior do estado e de subtenentes e sargentos, embora estes últimos tivessem participação menos expressiva.

Antes, durante e depois do movimento de paralisação da polícia a mídia esteve presente na cobertura do fato. Além das notícias, o assunto era pauta de discussão em editoriais, artigos de opinião e colunas pessoais, onde o assunto foi colocado como pauta de reflexão, de curiosidade ou de apoio as manifestações. A imprensa local da época relata que o movimento dos policiais teve ampla participação da sociedade piauiense. Destaque para a participação de vereadoras e deputados, o arcebispo de Teresina e até mesmo coronel de reserva.

Após seis dias de paralisação, os praças militares entraram em acordo com o governador do estado e decretaram o fim da greve, que teve seu desfecho com saída do governador Francisco de Assis Moraes Sousa, do Palácio de Karnak (sede do governo estadual) a pé, pelas ruas da cidade para encontrar os policiais na praça da bandeira, onde foi recebido com aplausos e participou da manifestação cantando o Hino nacional e o da Polícia Militar, conforme notícia veiculada na mídia no dia 10 de julho de 1997.

O episódio em comento é definido nos depoimentos de PMs, extraídos da mídia impressa da época; pelo discurso jornalístico e pelos depoimentos de alguns policiais militares, coletados recentemente, como um fato histórico. Pelo seu caráter inédito e pela transgressão do padrão normativo, a greve dos policiais militares é representativa de um símbolo de luta para esses profissionais. Por outro lado, essa referência se fez a custa da transgressão da ordem normativa vigente, que significou a violação da norma constitucional, do código penal militar e do regimento disciplinar da Polícia Militar do Piauí.

Dito isto as primeiras questões que surgem ante uma tentativa analítica para o episódio diz respeito a questões causais: sendo os policiais militares proibidos constitucionalmente de atuação em manifestação grevista, que motivos teriam incitado-

os a ação? Ou ainda, que fatores permitiram que a greve acontecesse naquele período? Qual a representação que os cabos e soldados têm do movimento? Enfim, brota-se um leque de questões que implica em tentar compreender as decorrências do fenômeno social. Somado a estas questões, surge dúvida quanto ao termo se utilizar para defini-lo: movimento social, conflito, confrontos, protestos, ação coletiva?

Cientistas sociais e historiadores são os profissionais que mais têm se dedicado a compreensão dos conflitos coletivos no interior da sociedade, priorizando sobremaneira a atuação dos movimentos sociais. Gohn (2008) diz que a maioria dos autores que estudam os movimentos sociais os inclui numa teoria da ação social, destacando que “a temática dos movimentos sociais no universo das ações coletivas possíveis é uma área clássica de estudo da sociologia e das ciências sociais desde os seus primórdios (p.24).

Este artigo é resultado parcial das investigações sobre a greve dos cabos e soldados da policia militar do Piauí em julho de 1997. Assim o presente texto surgiu de uma inquietação sobre os limites do campo da História e das Ciências Sociais para compreensão dos conflitos sociais. Ao propor como objeto empírico a greve dos policiais militares em 1997, verifica-se que há a possibilidade de abordagens que dizem respeito a recortes teóricos e disciplinares distintos, no campo da Ciência Política, da Sociologia, da Comunicação e da História. O texto que apresentamos é resultado de uma revisão de literatura em que se busca situar teoricamente o objeto em questão buscando definir uma delimitação teórica e disciplinar, recorte que influenciará consequentemente no modo de abordar e apresentar a questão analisada, ressaltando que as formas de compreensão do fenômeno são múltiplas e variadas. O objetivo principal é compreender as possibilidades de análise para o fenômeno social (*Greve*), através de uma revisão de literatura sobre as teorias para a compreensão dos conflitos e lutas sociais, ênfase para as teorias dos movimentos sociais, terreno de grande produção nas ciências sociais. E apontar como a relação entre história e Ciências Sociais se manifesta na compreensão dos fatos.

História e Ciências Sociais

**I SEMINÁRIO NACIONAL FONTES
DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA:
DIÁLOGOS INTERDISCIPLINARES
DE 01 A 04 DE DEZEMBRO DE 2009**

ISSN 2176-4514

As transformações no interior do paradigma historiográfico, ocorridas no último século, têm aproximado a análise histórica da análise social. Pode-se dizer que dois fatores contribuíram para isto: o surgimento de uma história problema a ampliação das possibilidades analíticas dentro da História.

No século XIX, a análise historiográfica centrava-se enfaticamente no campo político, direcionando-se principalmente para o desenvolvimento dos Estados Nacionais, privilegiava-se a história dos grandes homens e predominava um discurso narrativo linear (BARROS, 2005; BURKE, 1992; FONTANA, 1998). Esse quadro foi paulatinamente se revertendo durante o século XX, quando começou a florescer uma nova tendência historiográfica apresentada por Barros (2005) sob o termo de “história – problema” que se refere a uma história construída em torno de hipóteses e de análises de profundidade e não mais como uma história que é mera ordenação factual ou descritiva. É a partir dessa tendência que “a postura do historiador passa a ser a de analisar, compreender e decifrar as sociedades passadas e não apenas descrever” (BARROS, p.32).

Além do surgimento da ‘história – problema’, o século XX trouxe à tona a possibilidade de analisar e compreender processos recentes, na abordagem conhecida por história imediata ou história do tempo presente. Barros (2005, p.32) diz que no século XX a história torna-se mais interdisciplinar incorporando abordagens de outras disciplinas como a antropologia, a linguística e a psicanálise. Fontana (1998) ressalta que a concepção de “nova história” em substituição a narração cronológica dos grandes fatos, é resultado do processo de destruição das bases teóricas da História. Essa nova construção teórica “se fez sobre base de tomar emprestado o instrumental teórico de outras disciplinas sociais, essencialmente o da sociologia, da antropologia e da economia” (p.169). Processo que culminou na fragmentação do campo histórico, fazendo florescer, entre outras, a “especialidade” da “História Social”, em que se destacam objetos afastados da concepção política e institucional: “os modos e mecanismos de organização social, as classes sociais e outros tipos de agrupamentos, as relações sociais e os processos de transformação da sociedade” (BARROS, 2004, p.110). Os movimentos sociais por serem considerados agentes do processo de mudança

social, incluem-se nessa especialidade, embora, por vezes, não seja possível desvincular o político dessas relações. Como destacou Fontana (1998), é difícil imaginar uma história que não seja social.

Estando a História apta a dar conta de fenômenos recentes ou mesmo atual, e se ocupando de estudar os processos sociais, não estaria ela ultrapassando seus limites e atingindo o campo de atuação das ciências sociais? Ou esse diálogo é possível?

Spink (2000) diz que o diálogo entre ambas as ciências ainda é passível de resistência. Para autora essa dificuldade está na falta de conhecimento de um campo sobre o outro (p.124) e nas diferentes tradições sobre o método. Diz, “a investigação nas ciências sociais segue quase sempre regras metodológicas enunciadas antecipadamente, incluídas como capítulo ou seção específica nos relatos”, em outras palavras, há entre os cientistas sociais uma preocupação em explicitar o como fazer. Preocupação que, segundo ela não está presente no trabalho do historiador, que prioriza a diversidade de formas inscritas nas distintas formas de compreender o social (jornais, fotografias, literatura etc.) ao passo que no trabalho do cientista social a mistura de fontes e elementos serve no máximo para contextualizar seu trabalho. Neste aspecto vale a citação de Marc Bloch (2001) sobre o ofício do historiador: “a construção da história só é possível recorrendo-se a uma multiplicidade de documentos e, por conseguinte, de técnicas. De fato, a produção historiográfica depende desse entrecruzamento de informações provenientes das mais diversificadas testemunhas (p.83).” Para um diálogo entre História e Ciências Sociais, Pinski (2000) sugere que cientistas sociais parem de pensar sobre o que lhes interessa e prestem atenção ao que é criado, guardado ou deixado pela passagem do cotidiano(p.136).

A diálogo entre as Ciências Sociais (principalmente a sociologia) e a História não é recente, Karl Marx é clássico de referência comum em ambas as ciências. Para Barros (2005) ele é um dos precursores da História – problema, pois em suas análises, sociológicas ou históricas, o autor tenta dar conta de uma questão principal “o problema do desenrolar da luta de classes e de sua inserção em um modo de produção específica.

Marx vai contribuir para a formatação de uma importante teoria para a compreensão dos conflitos sociais. Embora não tenha teorizado sobre as ações coletivas, delineou o

perfil de um movimento social concreto, o do proletariado (GONH, 2001; DOMINGUES, 2003). O argumento teórico de Marx centra-se na análise dos movimentos como reformistas, reacionários ou revolucionários, o conceito de classe é fundamental nas análises. Os escritos de Marx vão influenciar na análise tida como Clássica ou tradicional dos Movimentos Sociais e que vão influenciar mais tarde na postura teórica de dois importantes historiadores dos movimentos sociais: Edward Thompson e Eric Hobsbawn. A teoria Marxista teve importância no mundo todo até os anos de 1970, “os movimentos sociais eram identificados basicamente como um produto da ação histórica da sociedade, ante as contradições do sistema capitalista” (MACHADO, 2007, p.256).

De acordo com Machado (2007) a interpretação marxista “foi tornando antiquada à medida que os movimentos sociais passaram a proliferar, ganhando notável complexidade e alcance com o surgimento de organizações e coletivos que lutavam pelas causas mais diversas” (p.253). Aparece assim o termo “novos movimentos sociais” para indicar os coletivos que não encontravam uma interpretação plausível na maioria das leituras predominantes.

É preciso esclarecer que a produção teórica sobre os movimentos sociais é ampla e diversificada, o que sugere vários nomes de peso. Sobre a existência da diversidade de teorias sobre os movimentos sociais, Kauchakje(2008) diz que existem desde aquelas que entendem o movimento como expressão de uma disfunção no sistema social, até linhagens teóricas que o apreendem como cerne da história social ou, ainda, como condição de transformação social, seja com ênfase nas estruturas econômicas, seja com ênfase na esfera cultural. Entretanto, apesar das modificações teóricas, as análises sobre movimento social quase sempre apresentam o traço comum de vinculá-lo ao processo de mudança social (p. 674)

Neste aspecto, não visaremos aqui apresentar uma apresentação detalhada dos teóricos e suas respectivas teorias, mas apenas introduzir no tema, relacionando com a atuação do campo histórico sempre que possível. Neste aspecto cabe citar a atuação de Touraine no estudo dos movimentos sociais, Domingues (2003) diz que entre os teóricos sociais contemporâneos, Touraine foi um dos que mais diretamente afirmou o

ponto de vista dos movimentos sociais como portadores de historicidade. Gohn (2001) explica que o paradigma teórico de Touraine fundamenta-se no acionalismo, que sustenta o suposto básico de que toda ação é resposta a um estímulo social. “O objeto da ação social de Touraine é o sujeito histórico. O conceito central focalizado é o da ação coletiva (p.94).” Mais adiante a autora acrescenta que a proposta de Touraine é a análise focada no desempenho dos atores sociais enquanto sujeitos que atuam na sociedade mais geral, com suas culturas, seus pertencimentos e sua historicidade (GOHN, 2001, p.94).

Dito isto, não há como desconsiderar o papel da história para compreensão das ações coletivas, principalmente dos movimentos sociais, e nem o caráter social do movimento no transcurso da História. Feita essa breve digressão sobre a relação entre a História e as ciências sociais, e abordando alguns recortes teóricos para a compreensão dos movimentos sociais, caminharemos agora em busca de aporte teórico que dê conta de uma fundamentação teórica para nosso objeto empírico.

Interdisciplinaridade em pauta: a definição do aporte teórico.

Ante a diversidade de possibilidades teóricas para a compreensão do fenômeno empírico “greve dos cabos e soldados militares do Piauí em 1997”, optou-se aqui pelas contribuições de Sidney Tarrow, tendo em vista que no estágio em que se encontra a pesquisa, este autor oferece, a nosso ver, as categorias analíticas que melhor ajudam a compreender as questões levantadas do dado empírico. Gohn (1997) define Tarrow “como um dos principais teóricos dos movimentos sociais nos anos 90” (p.92), influenciando também no início no século XXI vários analistas do Brasil e da Argentina na análise das ações coletivas locais (2001, p.33).

Tarrow vai chamar atenção para o fato de que nas últimas quatro décadas do século XX, uma onda de novas formas de confronto se espalhou pelo mundo, entretanto nem todos podem ser qualificados como movimentos sociais. Assim o autor diz oferecer um amplo quadro teórico para entender o lugar dos movimentos sociais, dos ciclos de confronto e das revoluções na categoria mais geral do confronto político. Sobre a formulação teórica para a compreensão da ação coletiva, o autor sugere: “teremos que

incluir as formulações gerais da teoria da ação coletiva num registro concreto da história e também as percepções da sociologia, da ciência política e até mesmo da antropologia (p.20).

Tarrow estabelece como ponto de convergência entre todos os movimentos sociais, protestos e revoluções a ação coletiva de confronto. O conceito de movimento social apresentado pelo autor é, em outras palavras, a extensão de um confronto, é como um estágio posterior do desenvolvimento do confronto. Diz ele “A ação coletiva torna-se confronto quando é empregada por pessoas que não tem acesso regular às instituições, que agem em nome de exigências novas ou não atendidas e que se comportam de maneira que fundamentalmente desafia os outros ou as autoridades” (p.19).

O autor caracteriza os movimentos sociais como responsável por formar organizações, elaborar ideologias, socializar e mobilizar seus membros, estes se engajam em autodesenvolvimento e na construção de identidades coletivas (p.19). Diz ele que “muito da história da interação movimento-Estado pode ser visto como um dueto de estratégias e contra estratégias entre os ativistas e os detentores do poder” (p.19). Para o autor, as formas de ação coletiva têm poder porque desafiam os detentores de poder, produzem solidariedade e fazem sentido para grupos específicos da população, situações e culturas nacionais (p.20).

O modelo teórico trabalhado por Tarrow é fundado na seguinte exposição:

As pessoas se engajam em confrontos políticos quando mudam os padrões de oportunidades e restrições políticas e então, empregando estrategicamente um **repertório** de ação coletiva, criam novas **oportunidades** que são criadas por outros, em **ciclos** mais amplos de confronto. Quando suas lutas giram em torno de grandes divisões da sociedade, quando reúnem pessoas em volta de símbolos culturais herdados e quando podem ampliar ou construir densas redes sociais e estruturas conectivas, então esse episódios de confronto resultam em interações sustentadas com opositores – especificamente, em movimentos sociais (2009, p.38).

O autor entende oportunidades políticas como dimensões consistentes da luta política que encorajam as pessoas a se engajar no confronto político (p.39), mas alerta que essas oportunidades não são necessariamente formais, permanentes ou racionais. Isto implica dizer também, segundo o autor, que não há uma receita para presumir a

origem de um confronto, pois estas variáveis mudam em diferentes circunstâncias históricas e políticas. A “estrutura de oportunidades políticas” representa apenas um conjunto de indícios de quando surgirá um confronto político (p.39). Neste ponto já é possível visualizar o diálogo entre a teoria e nosso dado empírico. A partir da noção de estrutura de oportunidades pode-se questionar: que oportunidades políticas teriam condicionado a ação de cabos e soldados da polícia militar do Piauí? Somente a investigação sobre o contexto histórico da época será capaz de responder.

Outro conceito trabalhado por Tarrow é a noção de repertório que se refere a como as ações desenvolvidas durante um confronto. Ele diz “As pessoas não agem coletivamente apenas. Elas pedem, se reúnem, fazem greves e passeatas, ocupam recintos, interrompem o trânsito, põem fogo e tacam os outros com intenção de ferir” (p.39). Estas ações não significam, todavia que todos os confrontos sigam o mesmo repertório, o repertório tem suas práticas variáveis. O autor diz que o confronto político está culturalmente inscrito e socialmente comunicado e não originado da cabeça dos organizadores (p.39). Ainda assim, Tarrow atribui aos líderes a função criativa de selecionar formas de ação coletiva: os líderes inventam, adaptam e combinam várias formas de confronto para ganhar apoio de pessoas.

Tarrow(2009) argumenta que, “pessoas cujas vidas estão atoladas no enfado e desespero a oferta de uma campanha de ação coletiva excitante, arriscada e possivelmente benéfica pode ser um ganho” (p.40). Este argumento contribui pra entender, por que cabos e soldados da policia militar do Piauí, embora sujeitos a penalidades arriscaram-se deflagrando greve.

O autor estabelece uma tipologia para as formas de confronto, as formas de confronto podem ser, segundo ele, herdadas ou raras, habituais ou pouco conhecidas, solitárias ou parte de campanhas conjuntas. Além de poderem ser ligadas a temas inscritos na cultura ou podem ser inventadas na hora, ou ainda, combinar elementos de convenção com novos quadros de significação (p.40). No estabelecimento das formas de confronto, Tarrow chama atenção que “grupos particulares tem uma história particular e memória de formas de confronto” (p.40). Assim se trabalhadores sabem como fazer greves é porque gerações de trabalhadores as fizeram antes deles.

Ao discutir sobre os ciclos de confronto, Tarrow nos oferece outros aspectos a se considerar na greve dos praças piauienses. Ao argumentar sobre os ciclos de confronto, o autor diz que os choques entre os desafiantes iniciais e as autoridades revelam os pontos fracos dos últimos e as forças dos primeiros. Uma vez deflagrados, geralmente por uma situação de ampliação de oportunidades, a informação extravasa e o aprendizado político se acelera (p. 44). A exemplificação empírica desse aspecto na greve dos cabos e soldados da PM do Piauí está na eclosão de outras duas greves, a primeira em 2003 e outra em 2004, liderada por componentes da primeira ação. Conforme a teoria elaborada por Tarrow, as duas últimas greves citadas teriam sido proporcionadas pelo incentivo da primeira.

Diante do exposto, o quadro teórico desenvolvido por Tarrow nos permite aprofundar questões que concernem a vida social e aos aspectos históricos do movimento em análise. O conceito de repertório, trabalhado pelo autor, conduz na compreensão de práticas e ações desempenhadas pelos agentes do movimento (cabos e soldados); o conceito de oportunidades ressalta a necessidade de se contextualizar sobre a organização social, política e econômica da época, que favoreceram para que o conflito estourasse naquele instante. E por último o conceito de ciclo proporciona analisar os desdobramentos do acontecimento. Neste sentido, a proposta de Tarrow é, neste caso, fundamentador de interdisciplinaridade entre a História e as Ciências Sociais.

Referências

BARROS, José D'Assunção. *O projeto de pesquisa em História: da escolha do tema ao quadro teórico*. Petrópolis (RJ): Vozes, 2005.

_____. José D'Assunção Barros. *O campo da História: especialidades e abordagens*. Petrópolis (RJ): Vozes, 2004.

BLOCH, Marc. *Apologia da História ou o ofício do Historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília: Senado Federal, 1988.

**I SEMINÁRIO NACIONAL FONTES
DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA:
DIÁLOGOS INTERDISCIPLINARES
DE 01 A 04 DE DEZEMBRO DE 2009**

ISSN 2176-4514

BURKE, Peter. *A escrita da História*. São Paulo: Ed. Universidade Estadual Paulista, 1992.

DOMINGUES, José Maurício Domingues. Vida Cotidiana, História e Movimentos Sociais. *DADOS Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, vol. 46, n.3, p. 461- 490, 2003. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/dados/v46n3/a02v46n3.pdf>> Acesso em: 12 out. 2009.

FONTANA, Josep. *História: análise do passado e projeto social*. Bauru (SP): EdUSP, 1998.

GOHN, Maria da Glória. *Novas Teorias dos Movimentos Sociais*. São Paulo: Ed. Loyola, 2008.

_____. *Teoria dos Movimentos Sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos*. 2 ed. São Paulo: Ed. Loyola, 2000.

KAUCHAKJE, Samira. Solidariedade política e Constituição de sujeitos: a atualidade dos movimentos sociais. *Sociedade e Estado*, Brasília, v. 23, n. 3, p. 667-696, set./dez. 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/se/v23n3/a06v23n3.pdf>> Acesso em: 06 mai. 2009.

MACHADO, Jorge Alberto S. Machado. O Ativismo em rede e conexões identitárias: novas perspectivas para os movimentos sociais. *Sociologias*, Porto Alegre, ano 9, n 18, jul./dez. 2007, p. 248-285. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/soc/n18/n18a12.pdf>> Acesso em: 27 set. 2009.

MORANDO com traficantes. *Jornal O Dia*, Teresina, 03 jul. 1997. Caderno Dia-a-dia, p. 01B.

MOVIMENTO ameaça crescer. *Jornal O Dia*, Teresina, 08 jul. 1997. Caderno Geral, p. 08 A.

POLÍCIA está de volta às ruas. *Jornal O Dia*, Teresina, 10 jul. 1997. Caderno Geral, p. 01 A.

PROPOSTA do governo acaba greve das PMs. *Jornal Diário do Povo*, Teresina, 10 jul. 1997, p. 01(capa).

SPINK, Peter. Análise de documentos de domínio público. In: SPINK, M. J (Org.). *Práticas discursivas e produção de sentido no cotidiano*. São Paulo: Cortez, 2000.

TARROW, Sidney. *O Poder em Movimento: movimentos Sociais e confronto Político*. Petrópolis (RJ): Vozes, 2009.